



CTCM 2013 - CONFERÊNCIA SOBRE TECNOLOGIA, CULTURA E MEMÓRIA
Estratégias Para Preservação e Acesso à Informação

ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Fábio Mosso Moreira
Angela Maria Grossi de Carvalho
Plácida L. V. A. da Costa Santos
Ricardo César Gonçalves Santana

RESUMO

Com a transição dos séculos XX e XXI, acelerou-se o processo de extinção de uma sociedade industrial para dar lugar a uma sociedade da informação, na qual a fonte produtiva encontra-se na tecnologia de geração de conhecimentos e de processamento da informação e comunicação. Junto à evolução da sociedade da informação vieram os desafios para a integração equitativa de todos os segmentos da sociedade em uma dinâmica ditada por um novo paradigma técnico-econômico. Na área da agricultura, comunidades compostas por agricultores familiares deparam-se com uma série de aspectos sociais, econômicos e tecnológicos que são entraves para o uso de recursos tecnológicos e acesso à informação, impactando no desenvolvimento social e econômico destes produtores. Neste sentido, é levantado o papel do Governo na formulação de estratégias e políticas de informação que reduzam os entraves encontrados e proporcionem a integração deste segmento na sociedade pós-industrial. Este trabalho tem como objetivo apontar e descrever estratégias e políticas públicas de informação, no âmbito federal, que buscam promover o desenvolvimento técnico-informacional de comunidades de agricultores familiares, proporcionando maiores condições de acesso à informação. Como procedimento metodológico, foi realizado um estudo teórico de caráter qualitativo, partindo de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos online, no qual foram levantadas informações sobre aspectos da agricultura familiar e sobre a formulação e execução de estratégias e políticas públicas de informação. Com os conhecimentos obtidos, aplicou-se um estudo descritivo a fim de caracterizar, definir e descrever uma amostra de políticas de informação executadas em âmbito federal. As políticas que compõem esta amostra são o Programa Nacional de Telecomunicações Rural, que integra o Plano Nacional de Banda Larga; o Projeto Territórios Digitais, que integra o Programa Territórios da Cidadania; e o Programa Arca das Letras.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultores Familiares. Sociedade da Informação. Políticas de Informação.

ABSTRACT

With the transition of the XX and XXI centuries, speeded up the process of extinction of an industrial society to give place to an information society, in which the production source lies in knowledge technology generation and information processing and communication. Along the evolution of the information society, challenges came to the equitable integration in all segments of the society in a dynamic dictated by a new technical and economic paradigm. In agriculture, communities composed by family farmers are faced with a number of social, economic and technological factors that are barriers to the use of technological resources and information access, impacting on the social and economic development of these producers. This regard, it raised the role of the Government in the formulation of strategies and information policies that reduce barriers encountered and provide integration from this segment in the post-industrial society. This paper aims to point out and describe strategies and public policies information in the Federal scope, seeking to promote the development of technical and informational communities of family farmers, providing better conditions of information access. As methodological procedure, was made a theoretical study of qualitative nature starting from a literature search in books and periodical articles online, which were raised about aspects of family farming formulation and implementation of strategies and public policies of information. With the knowledge obtained was applied a descriptive study in order to characterize, define and describe a sample of information policies enforced at the federal level. The policies that make up this sample are the National Rural Telecommunications which integrates the National Broadband Plan, the Digital Territories Project, which includes the Territories of Citizenship Program, and the Program called Ark of the Letters.

KEYWORDS: Family Farmers. Information Society. Information Policy.

1. Introdução

No alvorecer do século XXI, Werthein (2000) confirmara o que seria o grande ‘divisor de águas’ entre os séculos, dando destaque ao tema da sociedade da informação como principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, local ou global. Com a transição dos séculos, acelerou-se o processo de extinção de uma sociedade industrial, na qual o principal fator de produtividade estava nas fontes de energia e na maximização da produção, para dar lugar a uma sociedade da informação, na qual a fonte produtiva encontrasse na tecnologia de geração de conhecimentos e de processamento da informação comunicação (CASTELLS, 1999).

Para Werthein (2000) o termo sociedade da informação passou a ser utilizado para o conceito complexo de sociedade ‘pós-industrial’, como forma de transmitir o conteúdo específico do ‘novo paradigma técnico-econômico’. Este novo paradigma era resultado de uma “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias de informação e comunicação (...)” (CASTELLS, p. 21, 1999).

Com o fim do século XX, vieram os grandes desafios para a consolidação de uma sociedade da informação que fosse de fato equitativa. Em meio à dinâmica do novo paradigma, os baixos níveis de renda per capita de países em desenvolvimento refletiam altas taxas de analfabetismo adulto e baixo acesso à educação formal avançada e à tecnologia da informação. Estes fatores eram barreiras para a integração de algumas populações nesta nova dinâmica, como observado em países da América Latina e Caribe (WERTHEIN, 2000).

Enquanto no mundo industrializado a informatização de processos faltava incorporar apenas alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na maioria dos países em desenvolvimento os setores da população, compreendendo médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares do campo e na cidade, populações marginalizadas como desempregados crônicos e os “sem teto”, só engrossavam a fatia dos que ainda estavam longe de integrarem-se à sociedade da informação (GUEVARA, 2000 *apud* WERTHEIN, 2000).

Ficava clara a necessidade de uma tomada de posição do Estado no desenvolvimento de estratégias para eliminação dos entraves que dificultavam a integração de alguns segmentos da população na dinâmica da nova sociedade que estava se formando, atuando através do desenvolvimento de políticas voltadas para a real inclusão do cidadão num contexto em que a informação é preconizada como a nova força motriz do desenvolvimento (FERREIRA, 2003).

No Brasil, o marco oficial da preocupação do Governo com os desafios da sociedade da informação teve início em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que buscava lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações (TAKAHASHI, 2000).

Os esforços resultaram no lançamento do “Programa Sociedade da Informação” (SocInfo), uma política estratégica que era dividida em três estágios: estudos preliminares, conduzindo ao lançamento formal do programa; proposta detalhada do programa sintetizada em um Livro Verde¹; e ampla consulta à sociedade, culminando com o plano detalhado de execução do programa descrito em um Livro Branco.

Mesmo com o comprometimento do governo brasileiro na consolidação da sociedade da informação através de uma política de informação planejada 17 anos atrás, hoje em dia ainda persistem carências tecnológicas e informacionais em setores estratégicos como o da agropecuária, especialmente para trabalhadores rurais de pequeno porte (MOURA *et al*, 2000). Este problema está relacionado ao fato de que os agricultores não estão adquirindo a informação correta no tempo certo, levando a um baixo desenvolvimento em comunidades rurais (MEITEI & DEVI, 2009).

Neste sentido, é ressaltado o papel do Governo na elaboração de políticas de informação que contribuam estrategicamente com o segmento de produtores de pequeno porte no acesso à informação. Algumas estratégias do governo brasileiro para com a questão do desenvolvimento técnico-informacional de comunidades de agricultores familiares já são postas em práticas através de programas que atuam diretamente neste segmento. Este trabalho tem como objetivo apontar e descrever estratégias e políticas públicas de informação, no âmbito federal, que promovam o desenvolvimento técnico-informacional de comunidades de agricultores familiares, proporcionando maiores condições de acesso à informação por parte destes produtores.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Aspectos informacionais da agricultura familiar

A partir da chamada Revolução Verde ocorrida nas décadas de 50 e 60 no Brasil, houve no campo uma “difusão massiva de novas tecnologias na forma de insumos, máquinas,

¹ No Livro Verde encontravam-se as metas de implementação do Programa e constituía uma súmula consolidada de possíveis aplicações de Tecnologia da Informação (TAKAHASHI, 2000).

equipamentos, [...] métodos de plantio e manejo animal” (SILVA, FERREIRA E PIRES, 2002, p.76). Esta difusão tecnológica tinha como objetivo aumentar o rendimento econômico por área plantada e gerar excedentes comercializáveis. Contudo, para Silva, Ferreira e Pires (2002), a Revolução Verde e a introdução do capitalismo nas relações econômicas e sociais no meio rural transformaram produtores em trabalhadores rurais cujo rendimento salarial e condições de vida são aquém dos trabalhadores urbanos.

Mesmo com toda a ação do modelo econômico adotado, uma parcela majoritária de agricultores que não se “modernizaram” como previsto, permaneceram produzindo e vivendo no meio rural. Em meados dos anos 70, estes produtores foram denominados de “pequenos produtores”, ou produtores de baixa renda. “Assim, procurava-se delimitar uma parcela de produtores rurais que, ainda, não contava com a escala produtiva e de investimentos dos setores mais modernos” (SILVA, FERREIRA E PIRES, p. 76, 2002).

A partir dos anos 90 o conceito de AGRICULTURA FAMILIAR ganha corpo contrapondo-se a ideia de pequeno produtor. Era um conceito que transcendia a mera disposição econômico-produtiva para uma categoria de fato construída historicamente. Assim, considera-se que “esta categoria possui interesses, demandas e potencialidades próprias, por vezes convergentes ou não com os setores mais dinâmicos da agricultura brasileira” (SILVA, FERREIRA E PIRES, p.77, 2002).

A agricultura familiar tem seu papel definido na oferta de alimentos, mão-de-obra, matérias-primas e excedentes exportáveis ao setor urbano-industrial, e possui grande importância para o país, representando 84,4% do total das propriedades rurais, possuindo peso na produção nacional de mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), entre outras culturas básicas presentes na mesa dos brasileiros (FRANÇA, DEL GROSSI & MARQUES, 2006).

Agricultores familiares requerem diversos tipos de informação para o desenvolvimento das atividades em seu dia-a-dia (MEITEI E DEVI, 2009). De acordo com Yusop *et al* (2013) as necessidades de informação para estes agricultores podem ser classificadas em duas categorias: (i) associação com atividade econômica e (ii) em relação a vida diária. Meitei e Devi (2009) citam uma série de necessidades informacionais específicas encontradas por estes produtores, como: informação agrícola, sobre saúde, alimento e nutrição, meio ambiente, tecnologia, educação e treinamento, negócios e trocas, políticas e planos governamentais, sistema de crédito e cultura, jogos e esporte.

Muitas destas necessidades não são atendidas devido à falta de acesso a informação, resultante da mão-de-obra limitada para disseminar informação nestas áreas, da falta de meios de comunicação e do suporte financeiro inadequado para transferência de tecnologia nestes

locais (MEITEI E DEVI, 2009). A escassa capacitação e baixa familiaridade com novas tecnologias e serviços, provedores de acesso que não dispõem de serviços de conexão com a Internet em pequenas localidades, elevados preços de telefonia convencional e altos custos de equipamentos de Informática são alguns fatores expostos por Pinto (2000) *apud* Marcondes e Jardim (2003) que também podem ser considerados entraves para o acesso a informações por parte de agricultores familiares.

Promover estratégias que reduzam as barreiras de acesso encontradas por este segmento de produtores através de políticas de informação é um compromisso importante que deve ser assumido pelo Governo. No Programa Sociedade da Informação, tratou-se sobre algumas propostas discretas considerando aspectos para a integração do segmento rural na dinâmica da nova sociedade, porém em nenhum momento a questão da agricultura familiar foi levantada especificamente. Atualmente, podem-se observar iniciativas do governo na formulação de programas que atuam diretamente neste segmento, e estas estratégias serão tratadas neste trabalho através de uma descrição detalhada de políticas de informação que são executadas em âmbito federal.

2.2 Estratégias e políticas públicas de informação

Para Torres (2004), políticas públicas consistem num dispositivo através do qual o governo coloca em marcha e imprime uma determinada velocidade a máquina governativa. “As políticas públicas existem para respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos. Trata-se de um instrumento importante para o alcance do desenvolvimento social” (ARAÚJO, SANTOS E ARAÚJO, p.268, 2011).

Em sua função estratégica, as políticas públicas definem parâmetros e modalidades de interação entre o público e o privado; concretizam as ações para traduzir os princípios de flexibilidade e autonomia de um governo eficiente; e definem quais são os assuntos que alcançam o interesse público para ser incluído na Agenda de Governo (TORRES, 2004).

As estratégias elaboradas pelo governo através da definição, formulação e implementação de políticas públicas torna-se uma questão que deve ser compreendida em cada caso. Em países em desenvolvimento, a definição das propriedades, objetivos, temas, campo de ação, trajetórias e declarações ficam determinadas por um complexo processo de negociação em que interferem os interesses dos governantes e sua equipe de trabalho. O processo de Agenda de Governo que deveria ser regido por um processo sequencial e sistemático de racionalização de opções, é influenciado por uma série de negociações. (TORRES, 2004).

Ao longo da década de 70 e 80, inúmeros países em desenvolvimento como o Brasil, conceberam planos nacionais de capacitação tecnológica e de bens de informática. Contudo, apenas na década de 90 uma nova concepção do papel das TIC começou a ganhar espaço. Nesta concepção atribuía-se maior peso ao balanceamento da capacidade de geração, aplicação e uso de tecnologias do que na produção de bens e serviços de informática (ESTEVAO *et al*, 2010).

Apesar de existirem políticas de informação formalmente em países em desenvolvimento, os mandados, organizações e legislações que a sustentam, são e continuam sendo incipientes, frágeis, insuficientes e desarticuladas entre si (CUBILLO, 2003). Deveria haver maior associação de conceitos de infraestrutura e informação aos conceitos de ‘rede’, ‘mercado’ e ‘globalização’, proporcionando assim características como alcance global, capilaridade local, capacidade de ligar nações e domicílio, organizações e indivíduos, sem passar necessariamente pelas fronteiras instituídas - geopolíticas, institucionais e disciplinares (GÓMEZ, 2002).

É imprescindível que haja uma constante avaliação das estratégias e das políticas de informação executadas pelo Governo, buscando assim uma melhoria contínua destas ações. Tratar da inclusão de agricultores familiares na sociedade da informação proporcionando condições para que estes produtores tenham a possibilidade de se informar é um tema recente no Brasil. Neste sentido, é importante que iniciativas neste sentido sejam destacadas, despertando a participação do cidadão na elaboração das estratégias que vão resultar na formulação dos programas e projetos.

3. Metodologia

O método de pesquisa utilizado para este trabalho consistiu num estudo teórico de caráter qualitativo, aplicado com o intuito de verificar, embasado nos conceitos da Ciência da Informação, aspectos referentes às estratégias e políticas de informação executadas pelo Governo Federal que buscam proporcionar maior condição de acesso à informação em comunidades de agricultores familiares.

Através de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos disponíveis em periódicos online e portais eletrônicos, foram obtidas informações de fontes secundárias sobre as características da agricultura familiar e seus aspectos informacionais, como necessidades e entraves para acesso à tecnologia e à informação. Também foram levantadas informações sobre a formulação de estratégias e políticas de informação para inclusão da população na

sociedade da informação, assim como a identificação de particularidades presentes nestas ações executadas em países em desenvolvimento.

A partir dos conhecimentos obtidos na Pesquisa Bibliográfica, realizou-se um Estudo Descritivo, que de acordo com Cervo e Bervian (2005), tem a função de observar, registrar, analisar e correlacionar dados sem manipulá-los. O estudo descritivo buscou definir, caracterizar e descrever uma amostra de políticas de informação, realizadas no âmbito federal, focadas no segmento rural e que visam o desenvolvimento técnico-informacional de comunidades de agricultores familiares.

As informações foram obtidas através dos portais institucionais de alguns ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério das Comunicações (MC) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A amostra de políticas de informação considerada para este trabalho agrega três ações estratégicas: o Programa Nacional de Telecomunicações Rural, que integra o Plano Nacional de Banda Larga; o Projeto Territórios Digitais, que integra o Programa Territórios da Cidadania; e o Programa Arca das Letras.

4. Resultados

As principais ações executadas pelo Governo que buscam promover condições de acesso à informação por parte de agricultores familiares envolvem principalmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Comunicações (MC), contudo, as ações podem ser articuladas com demais ministérios.

Para este trabalho, foram consideradas três políticas de informação distintas, o Programa Nacional de Telecomunicações Rural, que aborda a questão do desenvolvimento de infraestrutura para conexão e acesso à Internet; o Projeto Territórios Digitais, que tem como proposta oferecer não somente a conexão com a Internet, mas todo o aparato computacional, disponibilizando estes recursos através de Casas Digitais; e por último o Programa Arca das Letras, que dispõe conteúdo informacional no campo através da implantação de bibliotecas e da capacitação de agentes para auxílio aos produtores no processo de leitura e obtenção de conhecimento.

Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e Programa Nacional de Telecomunicações Rural

O Programa Nacional de Telecomunicações Rural é uma das ações que integram o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), criado pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010 e que tem como objetivo massificar, até 2014, a oferta de acessos a banda larga e promover o

crescimento da capacidade de infraestrutura de telecomunicações do país. Um dos princípios do PNBL é estimular o setor privado para que este invista na infraestrutura de banda larga, em regime de competição, cabendo ao Estado atuar de forma complementar, focalizando seus investimentos diretos em acessos coletivos e em contextos de redução das desigualdades regionais e sociais (SOUTO, CAVALCANTI & MARTINS, 2009).

É importante destacar que a difusão da banda larga não ocorre de maneira homogênea pela população brasileira devido às desigualdades socioeconômicas presentes no país. Neste sentido, o Programa Nacional de Telecomunicações Rural busca expandir a oferta de voz e dados para as áreas fora dos centros urbanos (SOUTO, CAVALCANTI & MARTINS, 2009).

Esta política foi instituída através da portaria nº 431, de 23 de julho de 2009, pelo ministro de estado das telecomunicações. Em seu Art. 1º, a portaria expõe a finalidade do programa em permitir à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços, de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga (Internet), privilegiando o uso da frequência do espectro radioelétrico na faixa de 450-470 MHz (BRASIL, 2009).

Em seu Art. 2º, a portaria discorre sobre o cumprimento de algumas obrigações, como assegurar o início do atendimento do serviço no ano de 2010; atendimento em até cinco anos para toda área de prestação de serviços; atendimento prioritário para propriedades rurais, não excluindo a possibilidade de outros atendimentos; e atendimento de forma gratuita para os usuários, em todas as escolas públicas rurais situadas na área de prestação de serviço de dados em banda larga (Internet) durante a totalidade do prazo de outorga, nas condições previstas em edital de licitação (BRASIL, 2009).

Compete então à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) adotar medidas necessárias para implementação do disposto na portaria, garantindo que o programa atinja a meta de levar conexão banda larga para 80.000 escolas rurais até final de 2014, viabilizando o uso da banda larga no meio rural e proporcionando maior acesso à informações por parte de agricultores familiares.

Programa Territórios da Cidadania e o Projeto Territórios Digitais

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Este programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. As ações são relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infra-estrutura, e ações

fundiárias, que são articuladas nestes Territórios com participação social e integração entre Governo Federal, Estados e Municípios (MDS, 2013).

Uma das ações que integram o programa é o projeto Territórios Digitais, com o objetivo de oferecer gratuitamente o acesso à informática e internet para populações rurais, por meio da implantação de Casas Digitais. O projeto Territórios Digitais é coordenado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e contribui com o desenvolvimento rural sustentável e com o fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo website do Portal da Cidadania – MDA (2013), as Casas Digitais implantadas através do projeto são espaços públicos localizados nos Territórios da Cidadania e devem dispor de recursos adequados para receber equipamentos de informática (computadores, servidor, antena via satélite, roteador wireless, datashow e mobiliário). Estes locais são escolhidos pela própria comunidade e tornam-se ponto de acesso comunitário gratuito de assentados, agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A ideia principal desta estratégia é garantir ao público-alvo a universalização do acesso às tecnologias de informação e comunicação e à rede mundial de computadores, possibilitando assim maiores condições para o acesso à informação nestas comunidades.

Programa Arca das letras

Criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa Arca das Letras implanta bibliotecas para facilitar o acesso ao livro e à informação no meio rural brasileiro. Segundo portal do MDA (2013), o Programa beneficia milhares de famílias do campo, formadas por agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades de pescadores, remanescentes de quilombos, indígenas e populações ribeirinhas.

Para incentivar e facilitar o acesso ao livro e à informação, as bibliotecas são instaladas na casa dos agentes de leitura ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes. O acervo inicial de cada arca conta com cerca de 200 livros, selecionados para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas e agregam literatura infantil, para jovens e adultos, livros didáticos, técnicos, especializados e de referência ao exercício da cidadania (MDA, 2013).

O programa Arca das Letras dispõe conteúdo informacional através da disponibilização de livros, implantando bibliotecas e possibilitando a pesquisa e consulta de

informações em de comunidades de agricultores familiares que não possuem recursos tecnológicos para acesso à informação disponível em ambiente digital.

Esta ação também pode ser considerada uma estratégia importante para viabilização do acesso à informação no meio rural. Ao capacitar agentes para o auxílio aos produtores, o programa atua de modo a reduzir o baixo nível educacional destes produtores, que é um aspecto que impacta diretamente no uso de tecnologias, acesso a informação e concretização do conhecimento.

5. Considerações finais

Em meio ao desenvolvimento e consolidação de uma sociedade da informação, é imprescindível o papel do Governo na formulação de estratégias e execução de políticas de informação que proporcionem condições igualitárias para utilização de recursos tecnológicos e acesso à informação e ao conhecimento por parte de toda população.

Quando adotamos o meio rural como foco de discussão para inserção deste segmento na nova dinâmica da sociedade, observamos a presença de desigualdades com relação às categorias de produtores. Agricultores familiares e produtores de menor porte deparam-se com uma gama de entraves e barreiras tecnológicas, sociais e econômicas que dificultam a utilização de tecnologias e interferem no acesso à informação para atendimento de suas necessidades informacionais diárias.

Neste sentido, considera-se importante destacar algumas iniciativas que estão sendo executadas pelo Governo Federal, destacando o foco de cada ação, levantando os resultados esperados pelos programas e verificando como o governo está agindo, visto sua responsabilidade de proporcionar condições de acesso à informação para toda a população, urbana ou rural.

Referências

ARAÚJO, F. R.; SANTOS, D. F.; ARAÚJO, M. A. D. **O Direito Humano à Alimentação Adequada Promovido por Políticas Públicas de Acesso a Alimentos: o caso da unidade Natal- RN do Projeto Café do Trabalhador**. R. Políticas Públicas, v.15, n.2, p. 267-276. São Luiz, 2011.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 431, de 23 de julho de 2009**. Institui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de julho de 2009.

- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra S.A. 1999.
- CUBILLO, J. **Políticas Públicas de información en América Latina: cuanto nos hemos renovado?**. DataGramZero, v.4, n.4, Rio de Janeiro, 2003.
- ESTEVAO, P.; SOUSA, D. N. de; DIAS, M. M.; LEITE, C. A. M. **Inclusão Digital e Políticas Públicas no Meio Rural: Um Estudo sobre os Territórios Digitais**. Anais do 48º SOBER. Campo Grande, 2010.
- FERREIRA, R. da S. **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado**. Ci. Inf., v.32, n.1, p. 36-41, Brasília, 2003.
- FRANÇA, C. G de; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A (Org.). **Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.
- GÓMEZ, M. N. G. de. **Novos cenários políticos para a informação**. Ci. Inf., v.31, n.1, p. 27-40. Brasília, 2002.
- MARCONDES, C. H.; JARDIM, J. M. **Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil**. DataGramZero, v. 4, n. 2, abr., Rio de Janeiro, 2003.
- MEITEI, L. S.; DEVI, T. P. **Farmers information needs in rural Manipur: na assessment**. Annals of Library and Information Studies, Vol. 56, p. 35-40, Manipur, 2009.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO [MDA]. **Arca das Letras: Sobre o Programa**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/arcadasletras>>. Acesso em: 16 de jul de 2013.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO [MDA]. **Comunidades: Territórios Digitais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/one-community?page_num=0>. Acesso em: 15 de jul de 2013.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL [MDS]. **Territórios da Cidadania**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>>. Acesso em: 16 de jul de 2013.
- MOURA, J. L. B.; PUGA-NASS, N. T.; SILVEIRA, A.; ROCHA, F. A. S. **Projeto Exagri: Informação para produtores e trabalhadores rurais do estado de São Paulo, Brasil**. Ciência da Informação, v. 29, p. 111-118, 2000.
- SILVA, A. M. da; FERREIRA, E. A. de P.; PIRES, J. A. de A. **Gestão Social, Pequena Produção e Desenvolvimento Sustentável: A inserção do Pequeno Proprietário na Produção de Bovinos de Corte**. Anais do III SIMCORTE, Viçosa, 2002.

SOUTO, A. A.; CAVALCANTI, D. B.; MARTINS, R. P. (Org). **Um plano nacional para banda larga: o Brasil em alta velocidade**. Brasília, Ministério das Comunicações, p. 195, 2009.

TAKAHASHI, T. (Org). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: MCT, 2000. p. 203.

TORRES, P. M. **La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidade**. División de Desarrollo Social. Santiago, 2004.

WERTHEIN, J. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., v. 29, n.2, p. 71-77, Brasília, 2000.

YUSOP, N. I.; IBRAHIM, H.; YUSOF, S. A. M.; AJI, Z. M.; DAHALIN, Z. D.; GHAZALI, O.; SAAD, M. N.; ABU, M. A. **Information Needs of Rural Communities**. The Journal of Community Informatics. Vancouver, v. 9, n. 1, 2013.